



Gestão & Regionalidade

ISSN: 1808-5792

ISSN: 2176-5308

editoria_gr@online.uscs.edu.br

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Brasil

Pasquotto Andreoli, Taís; Campi Prearo, Leandro
Attribution theory and construal level theory in relation to environmental problem
Gestão & Regionalidade, vol. 38, núm. 115, 2022, pp. 84-97
Universidade Municipal de São Caetano do Sul
Sao Caetano do Sul, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=133475551007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Teoria da atribuição e do nível de interpretação em relação à problemática ambiental

Attribution theory and construal level theory in relation to environmental problem

Taís Pasquotto Andreoli¹ⁱ

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9173-9294>

Leandro Campi Prearo²ⁱⁱ

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6039-1280>

RESUMO

O trabalho teve como objetivo verificar as teorias da atribuição e do nível de interpretação em relação à problemática ambiental, aqui especificamente concernente aos resíduos (lixo). Sendo assim, elaborou-se um referencial teórico acerca da evolução da discussão ambiental e da emergência dos conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, bem como sobre as teorias da atribuição e do nível de interpretação. O método se caracterizou por uma abordagem quantitativa, realizada por meio de uma série de nove levantamentos (*surveys*) junto a 259 participantes, investigando a qual agente os participantes atribuíam a culpa pela geração de lixo, de acordo com diversas manipulações no texto informativo. Com isso, sobressaiu a clara dificuldade e resistência dos participantes em assumir sua parcela de culpa pelo lixo e/ou se aproximar dessa, sendo repetidamente atribuída culpa para os demais agentes. Isso aconteceu apesar do informe gradualmente mais incisivo no decorrer dos tratamentos empregados. Como consequência, reflete-se uma tendência de distanciamento e abstração quanto às questões ambientais, o que pode contribuir para um baixo engajamento em atitudes posteriores relacionadas a isso.

Palavras-chave: questão ambiental; sustentabilidade; teoria da atribuição; teoria do nível de interpretação.

ABSTRACT

The objective of this study was to verify the theories of attribution and the level of interpretation in relation to the environmental problem of garbage. Therefore, a theoretical reference was made on the evolution of the environmental discussion and the emergence of the concepts of sustainable development and sustainability, as well as the theories of attribution and the level of interpretation. The method was characterized by a quantitative approach, carried out through a series of nine surveys with 259 participants, investigating which agent to blame for the generation of garbage is attributed by the participants according to various manipulations in the information text. With that, it was clear the difficulty and resistance of the participants in taking the blame for the garbage and / or making this problem close, with the other agents being repeatedly blamed. This happened despite the gradually more incisive report in the course of the treatments used. As a consequence, a tendency towards distancing and abstraction is reflected in relation to environmental issues, which can contribute to a low engagement in later attitudes related to this.

Keywords: environmental issue; sustainability; theory of attribution; theory of level of interpretation.

¹ Universidade Federal de São Paulo - EPPEN/UNIFESP - Osasco/SP, Brasil. E-mail: tais.andreoli@unifesp.br

² Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS – São Caetano do Sul/SP, Brasil. -E-mail: leandro.prearo@online.uscs.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O homem, em sua interação com a natureza, com o passar do tempo, percebeu que os recursos naturais não eram inesgotáveis, pelo contrário, são escassos e não facilmente renováveis – ou até renováveis por meio da implementação de novas tecnologias, mas essas também impactantes no ambiente (NASCIMENTO, 2012; ANDREOLI; LIMA; PREARO, 2018). Com isso evidenciado, a questão ambiental foi paulatinamente colocada em pauta, discutindo-se também os impactos da exploração econômica e, como consequência, do modelo econômico atual, no meio ambiente (LIRA; FRAXE, 2014).

Como resultado dessa crescente inquietação, surgem, a partir da década de 1960, diversos eventos internacionais voltados à discussão dessa temática, culminando no surgimento dos conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade (NASCIMENTO, 2012). Com isso, passa-se a exigir uma nova postura da sociedade, colocando-se em pauta a questão de como promover o crescimento econômico sem comprometer o meio ambiente e as futuras gerações (PINSKY; DIAS; KRUGLIANKAS, 2013).

Apesar disso, a consciência ambiental ainda não conseguiu permear de fato o âmbito de consumo. Por um lado, é perceptível o movimento considerável pelas organizações, que demonstram preocupação ambiental em seus discursos e até desenvolvem ações práticas para atuar diretamente no problema. Entretanto, na outra ponta, os usuários e consumidores finais ainda permanecem afastados da problemática ambiental, escolhendo manter a crença de isenção de responsabilidade e, conseqüentemente, também de culpa. Afinal, parece ao consumidor que o seu papel no processo está sendo cumprido, que é o de consumir. Já, a consequência desse consumo, neste caso abordado em termos de resíduos gerados (lixo), não é visualizada como efeito do ato de consumir, em si, mas

sim da ação de produzir; ou seja, reiterando: não é de responsabilidade do consumidor individual, que se exime da sensação de culpa. Nesse sentido, o engajamento em hábitos de vida, compra e consumo mais ecologicamente corretos depende da percepção que os indivíduos têm acerca das problemáticas ambientais. Sendo assim, existem duas teorias de fundamental importância nesse contexto: a teoria da atribuição e a de nível de interpretação.

Primeiro, a teoria da atribuição de culpa postula como os indivíduos processam as problemáticas disponibilizadas a eles, e como reagem de acordo com as atribuições percebidas (FISKE; TAYLOR, 1991; REILLY, 2014). Ou seja, de acordo com a atribuição que é percebida pelo indivíduo, basicamente interna ou externa, a reação em direção a determinadas problemáticas será de fato efetiva ou não. Nesse sentido, se a problemática ambiental for atribuída pelos indivíduos como de culpa interna, deles mesmos, suas atitudes diante disso tenderão a ser maiores, no sentido de se engajarem de fato para diminuir essa sensação, ou argumentar contra ela. Entretanto, se for observado que, por algum motivo, os indivíduos tendem a resistir à atribuição de culpa interna, suas atitudes em direção a isso serão menores, se não nulas; afinal, se não há percepção da problemática nem de culpa atrelada a ela, também não há fator motivador de reflexão nem ação.

De maneira similar, a teoria do nível de interpretação defende que existe uma relação de duas vias entre o nível de interpretação e a distância psicológica sentida, ou seja, que tanto o nível de elaboração é capaz de influenciar a distância sentida pelo indivíduo, quanto a distância sentida é capaz de influenciar seus pensamentos e comportamentos (TROPE; LIBERMAN; WAKSLAK, 2007; TROPE; LIBERMAN, 2010). Mais importante, a consequência é de diferentes avaliações e reações aos objetos, que tendem a ser mais evidentes quando a problemática for elaborada e/ou sentida como próxima pelos

indivíduos, assim como o inverso é verdadeiro (WILLIAMS; STEIN; GALGUERA, 2013). Dessa forma, se a problemática for vista como próxima, também maior nível de elaboração será destinado a ela, com consequente maior tendência de engajamento em ações futuras.

Nesse sentido, como agravante, existe uma crença de que a questão ambiental, de maneira geral, caracteriza-se como uma problemática que encontra dificuldade em obter respaldo e engajamento dos indivíduos, justamente pela distância sentida em relação a ela (SPENCE; PIDGEON, 2010; SCANNELL; GIFFORD, 2013; BRÜGGER; MORTON; DESSAI, 2016; GUTTRY; DÖRING; RATTER, 2017). Entretanto, tal crença vem sendo questionada pelo meio acadêmico, inclusive com o surgimento de evidências contraintuitivas nesse sentido (SCHOENEFELD; MCCAULEY, 2015; BRÜGGER; MORTON; DESSAI, 2016; DUAN; ZWICKEL; TAKAHASHI, 2017). Assim, tal investigação carece de um consenso, sendo também ainda escassos os estudos empíricos acerca disso (GUTTRY; DÖRING; RATTER, 2017; O'CONNOR; KEIL, 2017).

À luz do exposto, o trabalho teve como objetivo verificar as teorias da atribuição de culpa e do nível de interpretação em relação a uma problemática ambiental, especificamente referente aos resíduos gerados (lixo). Tal esforço busca verificar possíveis influências no comportamento dos indivíduos em relação às questões ambientais, aqui direcionadas a duas teorias de vertente psicológica: atribuição e interpretação. Como resultado, espera-se obter uma melhor compreensão do efeito da comunicação na responsabilização individual por tais questões, de forma a contribuir para uma melhor construção futura, tendo em vista maior eficácia. O método se caracterizou por uma abordagem quantitativa, realizada por meio de uma série de nove levantamentos (*surveys*), investigando a qual agente a culpa da

geração de lixo foi atribuída pelos participantes de acordo com diversas manipulações no texto informativo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho realizou um levantamento junto à literatura, focando-se na evolução da discussão ambiental e na emergência dos conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, assim como nas teorias da atribuição e do nível de interpretação.

2.1 Evolução da preocupação ambiental

A discussão das questões concernentes à preocupação ambiental foi impulsionada pela realização de diversos eventos internacionais, iniciados na década de 1960 (ANDREOLI; CRESPO; MINCIOTTI, 2017). Dentre eles, destacam-se alguns, explanados abaixo.

Inicialmente, tem-se o Clube de Roma (1968) como uma primeira tentativa de reunir pessoas de diversos grupos de interesse (comerciantes, economistas e cientistas) a fim de se discutir a problemática ambiental. Nele, alertou-se, especificamente, para o limite do crescimento dentro do modelo econômico vigente até então, pautado pelo consumo exacerbado e altamente concentrado em poucas nações, mais industrializadas (OLIVEIRA, 2012). Nesse sentido, esse encontro foi marcado pelo tom pessimista, baseado na crença de incompatibilidade dos interesses econômicos aos ambientais.

Responsável pela publicação do Relatório “Os Limites do Crescimento”, a principal proposta do encontro era a de crescimento zero, que foi bastante criticada pelos países menos industrializados, já que culminaria com a estagnação de seu desenvolvimento (LIRA; FRAXE, 2014). Esse relatório serviu de base para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (1972), sediada em Estocolmo, que foi considerada a primeira grande reunião internacional,

com a participação de mais de cem países (OLIVEIRA, 2012).

Em 1987, outro importante relatório ambiental foi publicado, o Relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland, que embasou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), realizada no Rio de Janeiro (NASCIMENTO, 2012). O referido documento corroborava com a premissa de insustentabilidade dos paradigmas de desenvolvimento econômico vigente, que poderia ser resolvido, entretanto, por meio do alinhamento dos interesses econômicos com a questão ambiental (LIRA; FRAXE, 2014). Trata-se, assim, de uma visão mais otimista acerca da problemática ambiental, que originou o conceito de desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA, 2012).

Outros eventos internacionais também foram importantes, como a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizadas nos anos de 2002 e 2012, popularmente conhecidas como Rio+10 e Rio+20 (ANDREOLI; BASTISTA, 2020). Esses eventos objetivaram avaliar os compromissos firmados anteriormente, revigorando o comprometimento político com o desenvolvimento sustentável, além de discutir e propor novas e emergentes temáticas (LIRA; FRAXE, 2014). Nesse sentido, nota-se uma discussão global cada vez mais acentuada, contribuindo tanto para a consolidação dos termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, bem como para o surgimento de novos conceitos relacionados à preocupação ambiental, como economia verde (DINIZ; BERMAN, 2012).

2.2 Desenvolvimento sustentável e Sustentabilidade

Em sua origem, o conceito de desenvolvimento sustentável pode ser considerado generalista, definido como o desenvolvimento que se preocupa em

atender as necessidades do presente, sem, entretanto, comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (LENZI, 2006; MARCON; SORIANO-SIERRA, 2017). Configura-se, assim, na emergência de uma nova racionalidade, não só econômica, tradicionalmente imperante, mas oriunda da ecologia (BARONI, 1992). Nesse sentido, Acselrad (2000) defende que o desenvolvimento sustentável significa, acima de tudo, um ajuste técnico na ordem vigente, no sentido de incorporar o capital ambiental (que não é um bem livre, mas sim passível de capitalização) a fim de responder aos impactos negativos da concepção industrialista de progresso.

Como consequência, cunha-se, também, o termo sustentabilidade, que, segundo Leff (2005), pode ser definido como um projeto social e político para o ordenamento ecológico e descentralização territorial da produção, bem como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações. Trata-se de um novo valor, pautado pela prospecção de um novo modelo de desenvolvimento com respeito a todas as formas de vida, ou outra racionalidade, que considera questões de prudência ambiental, eficiência econômica e justiça social (LIRA; FRAXE, 2014). Dessa forma, configura-se como objetivo principal da sustentabilidade a construção de uma cidadania possibilitadora de melhores condições de vida à humanidade, bem como o respeito a outras formas de vida, igualmente importantes (NASCIMENTO, 2012; LIRA; FRAXE, 2014).

A natureza clássica do termo sustentabilidade propõe uma visão tridimensional, pautada pelos aspectos ambiental, econômico e social. A dualidade existente entre o ambiente e a economia, presente na discussão sobre a questão ambiental desde seu primórdio, justifica a inserção dos dois primeiros aspectos (NASCIMENTO, 2012). Já o aspecto social começa a ser considerado, principalmente,

devido à constatação de que vários dos problemas ambientais decorrem de externalidades próprias, tanto do excesso quanto da escassez de desenvolvimento: como, por exemplo, consumo excessivo, de um lado, e baixo PIB per capita, do outro (NASCIMENTO, 2012).

Dessa forma, considerando a tríade da sustentabilidade, o aspecto ambiental propõe que a produção e o consumo aconteçam respeitando a capacidade de resiliência dos ecossistemas, enquanto que o econômico prega o aumento da eficiência da produção e consumo por meio da economia dos recursos naturais e contínua inovação tecnológica (ecoficiência), e o social pauta pela justiça social, com erradicação da pobreza e respeito ao direito de igualdade (NASCIMENTO, 2012; LIRA; FRAXE, 2014).

Entretanto, mais recentemente, demanda-se uma ampliação da natureza clássica da sustentabilidade, abarcando duas novas dimensões: a política e a territorial (SACHS, 1993; PETARNELLA; HOURNEAUX JUNIOR; SILVEIRA, 2016). Essa crítica se justifica, em primeiro lugar, pela importância da política no processo de mudanças, bem como pela sua função de proporcionar um entendimento ou mesmo alinhamento entre os diversos agentes envolvidos (NASCIMENTO, 2012; LIRA; FRAXE, 2014). Em segundo lugar, toda ação ocorre em um determinado tempo e espaço, estando sujeita ao seu contexto de realização, com sua própria cultura (NASCIMENTO, 2012; LIRA; FRAXE, 2014).

Diante desse novo cenário de inclusão da pauta da questão ambiental nas discussões empresariais, governamentais e da sociedade em geral, bem como da valorização dos conceitos e práticas de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, impele-se uma mudança nos padrões de vida da população, inerentemente atrelado aos seus hábitos de compra e consumo. Não à toa, houve uma proliferação de estudos voltados à compreensão dessa temática, centrados no

que se conceitua como consumo consciente. Entretanto, o engajamento em hábitos de vida, compra e consumo mais ecologicamente corretos depende da percepção que os indivíduos têm acerca das problemáticas ambientais. A seguir, serão exploradas duas teorias que influenciam essa percepção.

2.3 Teorias da Atribuição e do Nível de Interpretação

No decorrer das diversas situações que envolvem a vida cotidiana, o indivíduo se engaja em múltiplas tentativas de identificar os fatores que geram os resultados vivenciados, processo conceituado como análise causal (FISKE; TAYLOR, 1991). Nesse sentido, a teoria da atribuição investiga como os indivíduos interpretam e usam as informações disponíveis a fim de gerar explicações causais para os eventos vivenciados (FISKE; TAYLOR, 1991; WEINER, 2000; LOPES; MOTA; FREITAS, 2015).

De uma maneira geral, a atribuição pode ser interna ou externa (FISKE; TAYLOR, 1991; MALLE, 2011). A atribuição interna se caracteriza quando a causa de determinado evento é associada a características internas, como traços de personalidade, por exemplo, enquanto que a atribuição externa é caracterizada quando essa causa é designada a fatores externos, que estão fora do controle do indivíduo em questão, como fatores situacionais ou do ambiente, por exemplo.

Nesse sentido, Reilly (2014) defende que a atribuição interna é capaz de gerar maiores consequências afetivas do que quando a atribuição é externa. Isso acontece porque, no primeiro caso, a proximidade sentida é maior, inclusive com evocação de sentimentos de culpa e vergonha, o que não acontece no segundo caso, no qual a responsabilidade pela causa do evento é direcionada a terceiros, distanciando, assim, o próprio indivíduo do fato (REILLY, 2014). Como resultado, pode-se esperar que as atitudes dos

indivíduos frente a determinado problema sejam maiores quando a atribuição de culpa for direcionada a eles mesmos, comparado a quando a culpa for atribuída a terceiros.

De maneira similar, a teoria do nível de interpretação se refere ao modo como as pessoas representam as informações mentalmente (WILLIAMS; STEIN; GALGUERA, 2013), investigando a relação entre o nível de interpretação e as distâncias psicológicas sentidas (TROPE; LIBERMAN; WAKSLAK, 2007; TROPE; LIBERMAN, 2010). De uma maneira geral, os autores defendem que as pessoas interpretam mentalmente objetos que estão psicologicamente perto ou distantes de duas maneiras distantes. Quando os objetos estão psicologicamente próximos, a interpretação mental que ocorre é de baixo nível, caracterizada como detalhada, concreta e contextualizada. Por outro lado, quando os objetos estão psicologicamente distantes, a interpretação que ocorre é de alto nível, caracterizada como mais abstrata, estável e esquematizada.

Além disso, foi observado o efeito recíproco, menos intuitivo, ou seja, que as distâncias psicológicas influenciam os pensamentos e comportamentos das pessoas, seja em termos de tempo ou espaço (TROPE; LIBERMAN; WAKSLAK, 2007; TROPE; LIBERMAN, 2010; WILLIAMS; STEIN; GALGUERA, 2013). Nesse sentido, a distância psicológica sentida em relação ao objeto afeta o nível de interpretação mental, que, por sua vez, afeta a avaliação e comportamento dos indivíduos em relação a esse objeto (TROPE; LIBERMAN; WAKSLAK, 2007; TROPE; LIBERMAN, 2010).

Trope, Liberman e Wakslak (2007) citam como exemplos os usos de apelos como “todo dia” ou “nesta localidade”, que invocam significados de perto, provável e concreto, incentivando um nível de interpretação de baixo nível, ao contrário de expressões como “todo ano” ou “em uma localidade distante”, que denotam significados de distante, improvável e abstrato, e, assim, levam a uma

interpretação de alto nível. Outro exemplo dado pelos autores se refere ao estudo de Chandran e Menon (2004), que investigou a concretude de comunicações de risco, adotando os dizeres “todo dia” ou “todo ano”. De forma semelhante, o risco apresentado em termos de dia foi visto como mais próximo no tempo, mais concreto e mais provável, evocando, assim, um maior senso de risco, em comparação àqueles apresentados em relação ao ano.

Dessa forma, os autores defendem que tanto o nível de interpretação ativado afeta a distância percebida quanto a distância percebida afeta o nível de interpretação, o que, por sua vez, afeta a avaliação e o comportamento futuros em relação a eles. Nesse sentido, Williams, Stein e Galguera (2013) afirmam que uma das possíveis consequências é a influência na avaliação de um determinado objeto, melhorando a percepção acerca daqueles considerados positivos e piorando acerca daqueles tidos como negativos, bem como acentuando as ações que serão tomadas em relação a eles.

Mais do que isso, Trope e Liberman (2010) sugerem que o efeito decorrente do nível de interpretação é “supergeneralizado”, ocorrendo a todo o momento, como resultado de uma certa tendência automática da mente, e persistindo mesmo quando a razão inicial não esteja mais presente. Nesse sentido, espera-se que exista uma influência do nível de interpretação, tanto no sentido direto quanto no indireto, ou seja, tanto em relação ao nível de interpretação, diretamente, quanto referente à distância dos objetos apresentados, que influenciará o nível de interpretação. Sendo assim, espera-se que o consumidor admita maior culpa em relação à problemática do lixo, em detrimento de direcionar a culpa a outros possíveis agentes, em decorrência de dois cenários: primeiramente, indiretamente, quando a problemática ambiental for informada de maneira próxima, temporal e espacialmente; em segundo lugar, de

maneira direta, quando houver a elaboração da mensagem informativa.

As influências desses dois constructos em temáticas ambientais foram alvo de estudo por artigos prévios (BRUGGER; MORTON; DESSAI, 2016; DUAN; ZWICKEL; TAKAHASHI, 2017; GUTTRY; DÖRING; RATTER, 2017; O'CONNOR; KEIL, 2017), sem que houvesse, entretanto, um consenso entre os resultados encontrados e as vertentes de discussões traçadas.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para atender ao objetivo proposto, adotou-se como método uma abordagem quantitativa, realizada por meio de uma série de nove levantamentos (*surveys*) junto a 259 participantes. A amostra foi não probabilística, escolhida por conveniência, distribuída aleatoriamente entre os grupos. Pelo teste do poder, foi calculada uma amostra mínima de 28 participantes por levantamento, a fim de se obter um grau de poder acima de 81% (efeito de tamanho de 0,5 e erro de 0,05).

O procedimento consistiu na apresentação de um texto informativo sobre uma problemática ambiental relacionado aos resíduos gerados (lixo), elaborado por meio de adaptação de uma matéria veiculada pela Agência Brasil, em 2015, intitulada “Produção de lixo cresce 29% em 11 anos, mostra a pesquisa”. Foram empregadas diferentes manipulações de atribuição de culpa do texto entre os oito levantamentos, com aumento gradual de responsabilização do indivíduo, ou seja, com frases cada vez mais incisivas referentes à culpa do indivíduo leitor.

Após a apresentação do texto informativo, foi solicitado aos participantes para que assinalassem o quão distante ou próxima a culpa pela problemática informada parecia estar relacionada às empresas, aos habitantes e a eles próprios. Dessa forma, trataram-se de três questões com uma escala de diferencial semântico

bipolar de 0 a 10, sendo 0 extremamente distante e 10 extremamente próxima, apresentadas de forma randomizada para cada respondente. A análise consistiu na exploração de estatísticas descritivas e na identificação de diferenças significativas na atribuição de culpa a esses três agentes, analisadas por meio do teste não paramétrico de Wilcoxon.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A seguir, são apresentados e analisados os nove levantamentos realizados. A problemática do lixo sempre foi informada de maneira próxima, tanto temporal (por dia) quanto espacialmente (país), na expectativa que isso facilitasse a atribuição de culpa interna: ou seja, usou-se a informação de taxa diária e de localidade Brasil, visando aproximar o respondente da problemática. Sendo assim, o texto se manteve o mesmo nos diversos levantamentos, com exceção da parte destacada em negrito.

A primeira manipulação (n=29) consistiu na apresentação do seguinte texto informativo aos participantes, indicando as empresas como as responsáveis pela geração do lixo.

Somos o terceiro país no mundo – após China e Estados Unidos – que mais gera lixo, índice que aumentou em 29% de 2003 para 2014. Estatísticas falam em 220 milhões de toneladas de lixo por dia. De quem é a culpa? Estima-se que: **(1) as mais de 100 mil empresas em funcionamento no país.**

E os estudos mostram que só 58% do lixo recolhido têm destinação adequada, sendo que o restante vai para lixões e “aterros controlados”, locais considerados inadequados e que oferecem riscos ao meio

ambiente e à saúde da população.

Nesse primeiro caso, as respostas variaram entre máximo dez para todos os agentes e mínimo de 5 para as empresas e habitantes e 4 para os próprios respondentes. As modas foram de 10 para as empresas e de 8 tanto para os habitantes quanto para eles mesmos. Ainda, obteve-se diferença significativa nos três pares: habitante e empresa ($Z=-2,410$, $p=0,016$), habitante e eles mesmos ($Z=-2,699$, $p=0,007$) e empresa e eles mesmos ($Z=-3,122$, $p=0,002$), sendo as médias das notas atribuídas às empresas, aos habitantes e a eles mesmos 8,97, 8,21 e 7,55, respectivamente. Ou seja, pôde-se observar que, quando a atribuição da culpa foi feita às organizações, os participantes responderam de acordo.

Entretanto, quando a atribuição da culpa foi direcionada a eles mesmos, de forma mais ou menos sutil, os resultados foram diferentes. Nesse sentido, uma segunda manipulação ($n=29$) consistiu no direcionamento da culpa da geração do lixo aos habitantes do país, com a reformulação da frase para **“(2) os mais de 180 milhões de habitantes no país”**. As respostas variaram entre máximo dez para todos os grupos e mínimo de 4 para as empresas, 3 para habitantes e 2 para eles mesmos. As modas foram de 10 tanto para as empresas quanto para os habitantes e de 7 para eles mesmos. Foram encontradas diferenças significativas apenas entre eles mesmos e os habitantes ($Z=-2,574$, $p=0,010$) e entre eles e as empresas ($Z=-2,283$, $p=0,022$), com as médias atribuídas às empresas, aos habitantes e a eles mesmos sendo 8,03, 8,00 e 6,83, respectivamente. Novamente, observou-se que os participantes direcionam a responsabilidade no sentido da atribuição de culpa informada no texto, ainda que as empresas tenham sido também consideradas.

Uma terceira manipulação ($n=28$) consistiu na adição de um trecho complementar à frase anterior, ficando

como **“(3) os mais de 180 milhões de habitantes no país, no caso nós mesmo”**.

As respostas variaram entre máximo dez para todos os grupos e mínimo de 1 para as empresas, 4 para habitantes e 3 para eles mesmos. As modas foram novamente de 10 tanto para as empresas quanto para os habitantes e de 8 para eles mesmos. As diferenças significativas se repetiram entre os grupos, encontradas apenas entre eles mesmos e os habitantes ($Z=-4,113$, $p=0,000$) e entre eles e as empresas ($Z=-3,111$, $p=0,002$). Nesse caso, porém, houve variação nas médias, sendo de 8,36 para as empresas, 8,57 para os habitantes e 6,32 para eles mesmos.

Como quarta manipulação ($n=33$), foi explícita a culpa ao leitor, com o dizer **“(4) os mais de 180 milhões de habitantes no país, no caso pessoas como você”**. As respostas variaram entre máximo dez para todos os grupos e mínimo de 1 para as empresas e para eles mesmos e de 4 para habitantes. As modas foram de 10 tanto para as empresas quanto os habitantes e de 8 para eles mesmos. Novamente foram encontradas diferenças significativas entre eles mesmos e as empresas ($Z=-3,023$, $p=0,003$) e eles mesmos e os habitantes ($Z=-3,795$, $p=0,000$), com as médias semelhantes à manipulação anterior, de 8,46, 8,79 e 6,82 para as empresas, os habitantes e eles mesmos, respectivamente.

A quinta manipulação ($n=28$) contou com o dizer **“(5) sua e dos demais 180 milhões de habitantes no país, no caso pessoas como você”**. As respostas variaram entre mínimo 0 e máximo dez para todos os grupos, com modas também iguais, de 10. Novamente foram encontradas diferenças significativas entre eles mesmos e as empresas ($Z=-3,277$, $p=0,001$) e eles mesmos e os habitantes ($Z=-3,496$, $p=0,000$), com as médias de 7,89, 7,50 e 5,89 para as empresas, os habitantes e eles mesmos, respectivamente.

A sexta manipulação ($n=28$), por sua vez, consistiu na apresentação do dizer **“(6) sua, um dos mais de 180 milhões de habitantes no país, no caso pessoas como**

você". As respostas variaram entre máximo dez para todos os grupos e mínimo de 3 para as empresas e de 0, tanto para eles mesmos quanto para habitantes, com modas iguais para os três agente, de 8. Novamente foram encontradas diferenças significativas entre eles mesmos e as empresas ($Z=-3,496$, $p=0,000$) e eles mesmos e os habitantes ($Z=-3,277$, $p=0,000$), com as médias 8,18, 7,75 e 5,65 para as empresas, os habitantes e eles mesmos, respectivamente.

Ou seja, observou-se que, em todos os casos em que a atribuição de culpa foi direcionada aos próprios participantes, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre eles mesmos e os outros (sejam as empresas ou os habitantes), sendo que em todos os casos as notas foram maiores para os outros do que para eles mesmos. A diferença foi que nos testes 3 e 4, as notas foram maiores para os habitantes, enquanto que nos testes 5 e 6, as notas foram maiores para as empresas, com praticamente um empate no primeiro teste. As notas atribuídas a eles mesmos variaram de uma média de 5,65 a 7,55. Notou-se, assim, que em todos os casos supracitados os participantes se absolveram da culpa pela problemática ambiental de geração de lixo, independente dos textos apresentados.

Na tentativa de manipular o texto de forma a ser ainda mais incisivo na atribuição de culpa, dois últimos testes foram rodados. Dessa forma, a sétima manipulação ($n=28$) foi ainda mais explícita e direta, não só direcionando a culpa a eles mesmos, mas reforçando isso, por meio do dizer "(7) **sua. Isso mesmo, sua, um dos mais de 180 milhões de habitantes no país**". As respostas variaram entre máxima de 10 para todos os agentes e mínimas de 4 para empresas, 5 para habitantes e 2 para eles mesmos, com médias de 8,14, 8,46 e 6,46, respectivamente. As modas foram de 8 para empresas, 10 para habitantes e 7 para eles mesmos. Houve diferença significativa entre eles mesmos e os habitantes ($Z=-3,846$, $p=0,000$) e eles mesmos e as empresas ($Z=-3,199$, $p=0,001$). Sendo

assim, apesar do reforço inserido, mais uma vez houve atribuição de culpa a terceiros, em detrimento deles mesmos.

A oitava manipulação ($n=28$) foi não só mais explícita e direta, como também exclusiva, atribuindo à culpa a apenas eles mesmos, assim como reforçando a ideia. Sendo assim, o texto foi modificado para (8) **sua. Isso mesmo, sua**. As respostas variaram de máximo 10 para todos os agentes e mínimo 4 para as empresas, 3 para os habitantes e 0 para eles mesmos, com médias de 8,36, 8,11 e 6,71, respectivamente. As modas foram de 10 tanto para as empresas como para os habitantes e 6 para eles mesmos. Mais uma vez, foram identificadas diferenças significativas entre eles mesmos e os habitantes ($Z=-3,158$, $p=0,002$) e eles mesmos e as empresas ($Z=-3,296$, $p=0,001$).

Por fim, empregando a teoria do nível de interpretação de maneira direta, solicitou-se aos participantes ($n=28$) que elaborassem um pequeno resumo acerca do que eles haviam entendido em relação ao texto apresentado. Nesse caso, repetiu-se a manipulação presente no teste (4) **180 milhões de habitantes no país, no caso pessoas como você**, visto que ela apresentou a maior média das notas de atribuição de culpa a eles mesmos. As respostas variaram de máximo 10 para todos os agentes e mínimo 0 para as empresas, 1 para eles mesmos e 5 para os habitantes. As modas foram de 10 tanto para as empresas como para os habitantes e 5 para eles mesmos. Dessa vez, foram encontradas diferenças significativas entre os habitantes e as empresas ($Z=-2,418$, $p=0,016$) e entre eles mesmos e os habitantes ($Z=-2,922$, $p=0,003$), com média maior para os habitantes (8,57), seguida de empresas (7,39) e eles mesmos (7,14). Ou seja, mesmo com um aumento da média de atribuição de culpa a eles mesmos, ainda assim os outros agentes receberam maiores notas, inclusive havendo uma diferença significativa entre as notas dadas para os habitantes e para eles mesmos.

Quadro 1 - Resumo das médias, variações e diferenças significativas dos tratamentos

Manipulações	Empresas	Habitantes	Eles	Diferenças significativas (Wilcoxon)
(1) as mais de 100 mil empresas em funcionamento no país	8,97 (5-10)	8,21 (5-10)	7,55 (4-10)	habitantes < empresa ($Z = -2,410$, $p = 0,016$) eles mesmos < habitantes ($Z = -2,699$, $p = 0,007$) e empresas ($Z = -3,122$, $p = 0,002$)
(2) 180 milhões de habitantes no país	8,03 (4-10)	8,00 (3-10)	6,83 (2-10)	eles mesmos x habitantes ($Z = -2,574$, $p = 0,010$) e empresas ($Z = -2,283$, $p = 0,022$)
(3) 180 milhões de habitantes no país, no caso nós mesmos	8,36 (1-10)	8,57 (4-10)	6,32 (3-10)	eles mesmos < habitantes ($Z = -4,113$, $p = 0,000$) e empresas ($Z = -3,111$, $p = 0,002$)
(4) 180 milhões de habitantes no país, no caso pessoas como você	8,46 (1-10)	8,79 (1-10)	6,82 (4-10)	eles mesmos < habitantes ($Z = -3,795$, $p = 0,000$) e empresas ($Z = -3,023$, $p = 0,003$)
(5) sua e dos demais 180 milhões de habitantes no país	7,89 (0-10)	7,50 (0-10)	5,89 (0-10)	eles mesmos < habitantes ($Z = -3,496$, $p = 0,000$) e empresas ($Z = -3,277$, $p = 0,001$)
(6) sua, um dos mais de 180 milhões de habitantes no país	8,18 (3-10)	7,75 (0-10)	5,65 (0-10)	Eles mesmos < habitantes ($Z = -3,277$, $p = 0,000$) e empresas ($Z = -3,496$, $p = 0,000$)
“(7) sua. Isso mesmo, sua, um dos mais de 180 milhões de habitantes no país	8,14 (4-10)	8,46 (5-10)	6,46 (2-10)	Eles mesmos < habitantes ($Z = -3,846$, $p = 0,000$) e empresas ($Z = -3,199$, $p = 0,001$)
(8) sua. Isso mesmo: sua.	8,36 (4-10)	8,11 (3-10)	6,71 (0-10)	Eles mesmos < habitantes ($Z = -3,158$, $p = 0,002$) e empresas ($Z = -3,296$, $p = 0,001$)
(9) 180 milhões de habitantes no país, no caso pessoas como você (*Com elaboração)	7,39 (0-10)	8,57 (5-10)	7,14 (1-10)	Habitantes > empresas ($Z = -2,418$, $p = 0,016$) Eles mesmos < habitantes ($Z = -2,922$, $p = 0,003$)

Fonte: Elaboração própria.

A fim de explorar um pouco mais os dados obtidos nesse último (nono) teste, as respostas abertas de elaboração do texto informativo foram tabuladas em três grupos: as que apresentavam informações gerais do texto ($n=2$), as que mostraram atribuição própria pela culpa da problemática do lixo ($n=9$) e as que direcionavam essa culpa a terceiros quaisquer ($n=17$). Como exemplos, têm-se as seguintes respostas, respectivamente:

“É importante a reciclagem do lixo, para que não vá tudo para o lixão, poluindo ainda mais o meio ambiente e dificultando a reciclagem” (grupo 1).

“Somos o terceiro país que mais gera lixo no mundo, ficando atrás somente da China e EUA. Mais

da metade desse lixo gerado não tem um destino adequado, e o culpado somos nós!” (grupo 2).

“A culpa desse excesso de lixo é do povo que é preguiçoso e não respeita o meio ambiente” (grupo 3).

Comparando as médias das notas atribuídas a cada agente, verificou-se que, apesar dos habitantes responderem pela maior média e eles mesmos pela menor, quando a culpa da problemática do lixo teve atribuição própria (grupo 2), não foi encontrada diferença significativa entre esses dois agentes ($Z = -1,826$, $p = 0,068$). Entretanto, por outro lado, essa diferença foi encontrada no grupo 3, quando a atribuição da culpa foi direcionada a terceiros ($Z = -2,056$, $p = 0,04$).

É interessante pontuar, ainda, que foram encontradas correlações positivas significativas entre as notas atribuídas a eles mesmos e aos habitantes em 8 dos 9 levantamentos realizados, verificadas pelo teste não paramétrico de Spearman, que variaram entre fraca (teste 4, com $S=0,361$, $p=0,039$) e forte (teste 1, com $S=0,844$, $p=0,000$), com maior expressão da moderada (testes 2, 3, 6, 7, 8 e 9, com $S=0,483$ e $p=0,008$, $S=0,538$ e $p=0,003$, $S=0,440$ e $p=0,019$, $S=0,483$ e $p=0,009$, $S=0,435$ e $p=0,021$, e $S=0,551$ e $p=0,002$, respectivamente). Esses mostram que os participantes demonstraram uma relação entre os agentes denominados ‘habitantes’ e ‘eles mesmos’. Ademais, como o agente denominado ‘eles mesmos’ constitui um subgrupo do agente ‘habitantes’, é cabível pressupor que essa relação é tida como ainda mais direta pelos próprios respondentes. Sendo assim, as diferenças significativas encontradas entre esses dois agentes em todos os levantamentos se mostram ainda mais agravantes, podendo ser interpretada, inclusive, como um contrassenso. Talvez por isso a temática ambiental ainda careça de entendimentos já congruentes e consolidados.

Nesse sentido, pôde-se notar que em todos os nove diferentes testes, com ou sem reforço, com ou sem elaboração, e inclusive naquele cuja culpa foi direcionada exclusivamente aos próprios participantes, houve atribuição de culpa a terceiros, com diferenças significativas encontradas entre eles mesmos e os outros, tendo sido maiores notas atribuídas à culpa das empresas (testes 1, 3, 4 e 7) ou dos habitantes (testes 5, 6, 8 e 9), ou mesmo a ambos (teste 2). Sendo assim, fica clara a dificuldade ou resistência dos participantes de assumir efetivamente a culpa pelo lixo, independente das manipulações empregadas.

Assim, os resultados encontrados aqui respaldam a vertente que defende a falta de respaldo e engajamento dos indivíduos acerca da temática ambiental (BRÜGGER; MORTON; DESSAI, 2016),

agregando indícios empíricos a isso (GUTTRY; DÖRING; RATTER, 2017).

Conforme argumentado por Brügger, Morton e Dessai (2016), a percepção das pessoas em relação às questões ambientais ainda se configura como temática pouco explorada, com poucas evidências empíricas, que inclusive são destoantes, sem resultados consensuais. Corroborando com isso, Guttry, Döring e Ratter (2017) adicionam a grande complexidade envolvida nessa relação, tanto concernente à temática de problemática ambiental, que é, ao mesmo tempo, absoluta, intangível, inexorável, ilimitada e convincente, quanto ao próprio processo de percepção do receptor, sujeito a diversas variáveis de influência.

Mais importante, ambos os estudos defendem que a baixa percepção de relevância pessoal quanto a essas questões se mostra problemática no sentido de perder uma importante fonte de motivação para a realização e o engajamento em ações futuras concernentes a elas. Tal argumentação se mostra congruente ao encontrado aqui. Sendo assim, corrobora-se com a sugestão de trabalhar com a proximidade dos indivíduos a essas questões, ponto fundamental no desenvolvimento de estratégias que de fato consigam mobilizar e engajar a população quanto à importância dos temas de cunho ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo verificar as teorias da atribuição de culpa e do nível de interpretação em relação à problemática ambiental do lixo. Nesse sentido, pôde-se notar que em todos os diferentes testes, independentemente das diferentes modificações realizadas nos textos apresentados, a atribuição de culpa foi sempre direcionada a terceiros, inclusive com diferenças significativas encontradas entre eles mesmos e os dois outros agentes,

ora com maiores notas atribuídas às empresas, ora aos habitantes.

Além disso, as correlações positivas significativas encontradas entre as notas atribuídas a eles mesmos e aos habitantes do país, encontradas em quase todos os nove levantamentos realizados, possibilitam a sugestão de um contrassenso nas respostas dos participantes, isso é, a culpa é atribuída aos habitantes, de maneira geral, mas não a eles mesmos, especificamente, ainda que também habitantes. A síntese dos resultados indica uma clara dificuldade e/ou resistência dos participantes de assumir efetivamente a culpa pelo lixo e/ou tornar essa problemática próxima, respaldando uma das vertentes de estudo sobre isso. Como diz o filósofo Leandro Karnal, existe uma tendência inerente em nós de se acreditar que o problema é sempre os outros, ou, conforme antecipado por Sartre, “o inferno são os outros”.

Como agravante, segundo a teoria da atribuição, quanto menor a proximidade sentida em relação à culpa, menor a probabilidade de engajamento de atitudes em direção à problemática em questão. De maneira similar, de acordo com a teoria do nível de interpretação, quanto menores os pensamentos relacionados à determinada problemática, menos evidentes serão as avaliações e reações em relação a ela. Os resultados encontrados indicam que a problemática ambiental de lixo se enquadra nesse cenário. Isso significa que é cabível afirmar que, se os indivíduos tendem a rejeitar a atribuição de culpa pelo lixo, bem como resistem à torná-la como próxima, também tenderão a se engajar em menos atitudes em relação a isso. Se tal falta de engajamento já foi encontrada quando da autoatribuição e da percepção como uma problemática próxima, é de se supor que esse quadro se encontra em situação muito mais agravante.

Com isso posto, torna-se necessário entender com mais profundidade a ocorrência dos resultados obtidos nessa pesquisa, seja testando novas manipulações

ou mesmo estendendo a análise para novas problemáticas ambientais, além da questão dos resíduos sólidos (lixo), como, por exemplo, desmatamento florestal, poluição hídrica, aquecimento global, entre outras. Sugere-se que tal cenário também se mostra suscetível à influência da cultura (GUTTRY; DÖRING; RATTER, 2017), carecendo, assim, de uma maior compreensão sobre como as problemáticas ambientais são visualizadas e encaradas no país. Mais importante, ressalta-se a necessidade de identificar possíveis maneiras de reverter o quadro apresentado.

Por fim, o questionamento que permanece é, se tal distância for de fato sentida em relação à problemática do lixo, não existirão também outros problemas ambientais que encontram dificuldade e/ou resistência por parte da sociedade? Trata-se de um caso isolado, ou seria de fato essa a reação da população às questões ambientais de forma sistêmica?

Nesse sentido, deixa-se como recomendação para estudos futuros o levantamento e a investigação de variáveis que poderiam contribuir na minimização da resistência sentida pelos indivíduos em assumir a culpa e/ou a proximidade pela problemática ambiental do lixo. Trata-se de uma lacuna de pesquisa não só teórica, mas com importante implicação gerencial, no sentido de que poderia contribuir para o aprimoramento do trabalho e dos resultados obtidos com programas de conscientização ambiental junto à população.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. “Sustentabilidade, Espaço e Tempo.” Meio Ambiente: Questões Conceituais I. Editado por Selene C. Herculano Niterói, RJ: PGCA – Riocor, 2000.

ANDREOLI, T. P.; BATISTA, L. L. Pareço Verde, Logo Sou? Uma Análise das Associações Feitas Após Exposição a Peças Publicitárias Com Apelos Verdes. **Revista**

Interdisciplinar de Marketing, v. 9, n. 2, p. 113-125, 10 set. 2020.

ANDREOLI, T. P.; CRESPO, A.; MINCIOTTI, S. What has been (short) written about greenwashing: a bibliometric research and a critical analysis of the articles found regarding this theme. **Rev. Gestão Soc. Ambient. RGSA**, v. 11, p. 54, 2017.

BARONI, M. Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de administração de empresas**, v. 32, p. 14-24, 1992.

BRUGGER, A.; MORTON, T.A.; DESSAI, S. “Proximising” climate change reconsidered: A construal level theory perspective, *Journal of Environmental Psychology*, v. 46, p. 125-142, 2016.

CARSON, R. **Silent Spring**. Houghton Mifflin Company; Boston, MA, USA, 1962.

DINIZ, E. M.; BERMAN, C. Economia verde e sustentabilidade. **Revista Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 323-329, 2012.

FISKE, S. T.; TAYLOR, S. E. **Social cognition**. 2nd ed. New York: McGraw-Hill, 1991.

GUTTRY, C.; DORING, M.; RATTER, B. How Distant is Climate Change? Construal Level Theory Analysis of German and Taiwanese Students Statements. **International Journal of Asian Social Science**, v. 7, n. 5, p. 434-447, 2017

HUR, J. D., KOO, M.; HOFMANN, W. When Temptations Come Alive: How Anthropomorphism Undermines Self-Control. **Journal of Consumer Research**, v. 42, n. 2, p. 340-358, 2015.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade,**

complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LENZI, C. L. Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade. São Paulo: Anpocs/Edusc, 2006.

LIRA, Sandro Haoxovell; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. O percurso da sustentabilidade do desenvolvimento: aspectos históricos, políticos e sociais. **Revista Monografias Ambientais**, v. 14, n. 2, 2014.

LOPES, F. F. P.; FREITAS, A. A. F. As Reações dos Consumidores diante das Falhas de Serviços a partir da Teoria da Atribuição. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 41, p. 37-50, 2015.

MALLE, B. F. Attribution theories: How people make sense of behavior. **Theories in social psychology**, v. 23, p. 72-95, 2011.

MARCON, G. A.; SORIANO-SIERRA, E. J. Etnografia como estratégia investigativa da cultura organizacional para a sustentabilidade. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. 1, p. 38, 2017.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Revista Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

O'CONNOR, J.; KEIL, M. The effects of construal level and small wins framing on an individual's commitment to an environmental initiative. **Journal of environmental psychology**, v. 52, p. 1-10, 2017.

OLIVEIRA, Leandro Dias. Os “Limites do Crescimento” 40 anos depois: Das “Profecias do Apocalipse Ambiental” ao “Futuro Comum Ecologicamente Sustentável”, **Revista Continentes (UFRJ)**, ano 1, n.1, 2012.

PETARNELLA, L.; HOURNEAUX JUNIOR, F.; SILVEIRA, A. A inserção da sustentabilidade nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração: a ótica dos especialistas. **RACE**, Unoesc, v. 15, n. 1, p. 227-250, jan./abr. 2016.

PINSKY, V.C.; DIAS, J.L.; KRUGLIANSKAS, I. Gestão estratégica da sustentabilidade e inovação. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 6, n. 3, p. 465-480, set. 2013.

REILLY, T. M. **An attribution theory model of consumer behavior in times of marketing crisis**. Tese de Doutorado. The University Of Nebraska-Lincoln, 2014.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCANELL, L.; GIFFORD, R. Personally relevant climate change: The role of place attachment and local versus global message framing in engagement. **Environment and Behavior**, v. 45, n. 1, p. 60-85, 2013.

SCHONEFELD, J. J.; MCCAULEY, M. R. Local is not always better: The impact of climate information on values, behavior and

policy support. **Journal of Environmental Studies and Sciences**, v. 6, n. 4, p. 724-732, 2016.

SPENCE, A.; PIDGEON, N. F. Framing and communicating climate change: The effects of distance and outcome frame manipulations. **Global Environmental Change**, v. 20, n. 4, p. 656-667, 2010.

TROPE, Y.; LIBERMAN, N. Construal-level theory of psychological distance. **Psychological Review**, 117(2), 440-463, 2010.

TROPE, Y.; LIBERMAN, N.; WAKSLAK, C. Construal levels and psychological distance: Effects on representation, prediction, evaluation, and behavior. **Journal of consumer psychology**, v. 17, n. 2, p. 83-95, 2007.

WEINER, B. Attributional thoughts about consumer behavior. **Journal of Consumer research**, v. 27, n. 3, p. 382-387, 2000.

WILLIAMS, L. E.; STEIN, R.; GALGUERA, L. The distinct affective consequences of psychological distance and construal level. **Journal of Consumer Research**, v. 40, n. 6, p. 1123-1138, 2014.

ⁱ Docente – Administração - Universidade Federal de São Paulo - EPPEN/UNIFESP - Osasco/SP, Brasil
Graduação em Administração (Universidade Estadual de Maringá - UEM). Mestrado em Administração (Universidade de São Paulo - USP). Doutorado em Administração (Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS)

ⁱⁱ Professor na Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS – São Caetano do Sul/SP, Brasil
Doutorado em Administração (Universidade de São Paulo - USP)